

As infraestruturas públicas como objetivação do Estado nacional em Comunidades Indígenas¹.

Antônio Wéliton Simão de Melo – UFPE/PE

RESUMO:

O presente texto propõe apresentar o início de um debate sobre as relações de uma comunidade indígena com infraestruturas públicas em seu contexto espacial. Ao mesmo tempo polemizar a influência dos representantes destas infraestruturas, ou seja, gerentes, encarregados, funcionários, etc. sobre o comportamento político na localidade. Uma vez que por tratar-se de cidadãos de dupla responsabilidade seja como membro da comunidade e como representante de algum órgão público. Como a possibilidade de interpretar estas responsabilidades como condição dúbia de ramificação interna e externa fazendo destes personagens participantes da política local e ao mesmo tempo contestadores das decisões de seus pares em favor do poder público. Deste modo, interpretando suas condições de representação corpórea do estado na comunidade.

Palavras-Chave: infraestrutura pública; comunidade; política administrativa.

1. INTRODUÇÃO

É notório que a cada dia a sociedade moderna vive uma crescente dependência de serviços que envolvem a utilização de infraestruturas que são de responsabilidades pública ou privada, são suportes da disponibilidade de serviços de educação, saúde, comunicação, energia elétrica, entretenimento, transporte, saneamento etc. uma quantidade de serviços que identificamos como essenciais para a nossa dignidade social. E em torno destas infraestruturas se distribuem algumas relações, sendo as mais conhecidas: relações econômicas, relações de poder, relações políticas administrativas, relações de dominação etc. Pensando nessa complexidade que envolve agências, agentes e clientes, destacamos que não se trata apenas de sociedades urbanas a manterem estas redes de relações, mas também até as que aparentam ser remotas, tais como: comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas que possuem alguma relação direta ou indireta com o Estado e/ou com agentes privados. Para esta comunicação, tomamos o exemplo da Comunidade Indígena Napoleão no município de Normandia em Roraima, especificamente na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, para refletirmos como estas relações se constituem e se mantêm, mesmo diante de contradições quando envolve divergências nos propósitos e interesses locais. Deste modo, procuramos discutir aqui, o papel

¹ “Trabalho apresentado na 30ª. Reunião Brasileira de Antropologia, GT 18, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, em João Pessoa/PB”.

dos agentes operadores das infraestruturas públicas na Comunidade Indígena Napoleão e sua condição de membro da comunidade e funcionário de órgão/empresa pública.

Para contextualizarmos a presença das infraestruturas públicas em comunidades indígenas e conseqüentemente a concepção destas relações, é relevante evidenciar que não se trata de uma nova forma da presença do Estado nas comunidades indígenas, mas, uma manutenção desta presença que é corroborada pela demanda por serviços públicos nestas comunidades além das reivindicações do movimento indigenista pela implantação, manutenção e ampliação destes serviços. Como também, a exigência para que a operacionalização local seja de responsabilidade de um membro da comunidade. Desta demanda surge uma dualidade de interesses, pois, de um lado as comunidades indígenas possuem seu modo de viver e ver o mundo segundo suas próprias concepções e formas de organizar-se, constituindo assim sua identidade e mantendo o seu poder local. Por outro lado, a presença das infraestruturas estatais nas comunidades indígenas sob a responsabilidade de um funcionário público local, representa a objetivação da presença do Estado e, conseqüentemente, a transposição para a localidade de um aparato de regras que mantém a funcionalidade das ações estatais, ou seja, a burocratização dos feitos do poder público.

2. ALGUNS ATORES EM DESTAQUE

Com uma população estimada em torno de 955 pessoas distribuídas entre 191 famílias², da etnia macuxi ou *pemon* como se autodenominam, a Comunidade Napoleão representa uma das mais populosas comunidades indígenas do estado de Roraima. E dentre as infraestruturas públicas existentes na comunidade, é possível classificá-las em pertencentes às esferas de poder: municipal, estadual e federal. Destas relacionamos preliminarmente as que possuem maior importância na utilização e, evidentemente, acentuada dependência da população em relação às mesmas. Das administradas por parte do município temos a Escola Municipal Indígena Índia Vovó Camila, com 11 (onze) servidores e funciona nos turnos matutino e vespertino. Das mantidas pelo Estado há a **Escola Estadual Indígena Índio Macuxi** de ensino fundamental e médio funcionando nos turnos matutino, vespertino e noturno com 39 servidores; um grupo gerador e rede de distribuição em baixa tensão da Companhia Energética de Roraima – CERR que funciona 14 horas por dia com dois operadores; uma casa de farinha com 3 (três) fornos. E, das mantidas pelo Governo Federal

² Senso Populacional DSEI Leste de Roraima, SESAI, 17/04/2014.

destacam-se o posto de saúde administrado pela Secretaria de Saúde Indígena – SESAI com equipe de médicos, enfermeiro e técnico e auxiliares de enfermagem, acompanhados de um Agente Indígena de Saúde - AIS; e, a caixa d'água com poço artesiano e rede de distribuição hidráulica, que está aos cuidados de um Agente Indígena de Saneamento – AISAN.

Dos responsáveis por estas infraestruturas, emergem alguns personagens que, em consequência do grau de importância de suas atividades, incorporam a representatividade do poder público devido à condição de representante de algum órgão/empresa pública e, agregando assim, além desta condição de servidor público também uma categorização de poder local, e, de alguma forma dividindo com a representação política das lideranças tradicionais que se distribuem em: primeiro e segundo tuxaua, capataz e secretário³. Na responsabilidade de administrarem, dentro de suas prerrogativas, a comunidade em consonância com os anciões ou líderes familiares. Deste modo não é possível passar despercebido às figuras: dos dois Gestores das Escolas com seus professores, dos operadores do grupo gerador de energia, do AIS e do AISAN. Somam a estes com menor significância, mas, dentro deste círculo de poder local, os responsáveis pelo caminhão e pelo trator disposto pelo Governo do Estado à comunidade.

Mas, sobre esta organização hierárquica nas comunidades Macuxi e Wapichana, Repetto (2008), relaciona a seguinte estrutura:

Dependendo do tamanho, do volume populacional e das condições de trabalho, hoje quase todas as malocas Makuxi ou Wapichana, tem a seguinte estrutura administrativa: a) tuxaua; b) segundo tuxaua; c) capataz; d) professor (es) (diretor de escola); e) vaqueiro; f) catequista; g) cantineiro; h) responsável pelo corte e costura ou clube de mães; i) responsável pela marcenaria; j) conselheiro (s) (REPETTO, 2008, p. 118).

De qualquer modo, o papel dos outros personagens relacionados por Repetto, além do tuxaua, segundo tuxaua e capataz são secundários, enquanto a dinâmica maior está nas mãos destes três que são periodicamente avaliados e sujeitos a reprovação e/ou substituição, desde que não atendam a contento o interesse da comunidade. Vejamos algumas destas relações.

2.1 O Tuxaua

Das relações de poder local de maior destaque na comunidade é reconhecida ao tuxaua. E para entendermos melhor seu *modus operandi*, podemos adotar o entendimento

³ Estes são postos básicos na estrutura administrativa da Comunidade Napoleão e percebida em outras.

apresentado nas ideias de Pierre Clastres (2003), este autor ao analisar as relações de poder local entre indígenas na América Latina, destaca que a autoridade do chefe se resume na capacidade de liderar o diálogo na comunidade, e desta capacidade, se origina a noção de liderança, a que os tuxauas Macuxi se apresentam e são reconhecidos nas relações internas e externas à comunidade. Clastres comenta três características essenciais de um líder pontuadas por Lowie (1948 apud Clastre 2003) que, segundo o autor são características comuns entre os povos nativos das Américas:

- 1] O chefe é um "fazedor de paz"; ele é a instância moderadora do grupo, tal como é atestado pela divisão frequente do poder em civil e militar.
- 2] Ele deve ser generoso com seus bens, e não se pode permitir, sem ser desacreditado, repelir os incessantes pedidos de seus "administrados".
- 3] Somente um bom orador pode ter acesso à chefia (CLASTRES, 2003, p. 47).

Deste ponto de vista a discussão em torno do papel da chefia, fica claro que o processo colonizador explorou muito bem. E é perceptivo nas análises de Oliveira Filho (1988), ao discutir o papel das lideranças nativas em contribuir com o regime colonial na região do Alto Solimões. E como no exemplo discutido por Oliveira Filho, estas lideranças trabalham na articulação política tanto na comunidade e entre comunidades, quanto junto aos órgãos públicos, organizações não governamentais, etc. visando o benefício da sua comunidade. Ou seja, atuam como representantes diretos dos interesses dos seus.

Mas, entre os Macuxi, uma das principais características de organização política gira em torno das relações de parentesco. Geralmente um condicionamento do poder político local na mão de uma mesma família como já observado por Rivière (1984 apud SANTILLI, 2001), que afirmaram ser comum entre os *pemon* e outros povos da região das Guianas, a interveniência da postura do líder-sogro, uma concepção de uxorilocalidade em que após o matrimônio de suas filhas, agrega em torno de si seus genros, um poder firmado em torno de uma parentela consolidada por laços matrimoniais (p. 32-33).

Ainda sobre as atividades do tuxaua Repetto (2008), por sua vez descreve as limitações da ação dos tuxauas entre os macuxi afirmando que:

Os tuxauas são escolhidos para representar as populações das malocas ou aldeamentos, sendo porta vozes nas assembleias e reuniões. Nenhuma liderança pode atuar sozinha, decidindo por conta própria, e quando isso acontece, as críticas podem removê-la do cargo (REPETTO, 2008, p. 111).

Na Comunidade Napoleão, a liderança indígena na figura do tuxaua, demonstra uma influência transversal que perpassa todas as esferas de relações que vão desde a gestão da escola, do posto de saúde, do grupo gerador, do caminhão e do trator disposto a serviço da comunidade, etc. A ele se compete está inteirado de todas as ações que envolva a comunidade como um todo. Embora carregue a responsabilidade de representante da comunidade frente às relações com os poderes públicos, o tuxaua também possui seu peso na hora de dirimir delitos que vão de encontro às normas convencionadas de convivência na comunidade. Por exemplo, no caso de indivíduos que por efeito de álcool venha fazer desordem é detido e pode ser penalizado ao pernoite amarrado em algum tronco de árvore. No entanto, nas situações que envolvem o conjunto da comunidade, para não correr o risco de decisões que venham gerar desgaste de sua liderança, sempre prefere a deliberação colegiada em reuniões com a presença dos anciões e líderes familiares e assim, não venha tornar-se um déspota com suas decisões monocráticas.

Por outro lado, já fruto da influência democrática da sociedade envolvente, a cada ano o mandato do tuxaua é avaliado e a cada quatro anos, é feita nova eleição, gerando oportunidades de novas lideranças sobressaírem e galgarem o posto de tuxaua. No entanto, pelo menos na Comunidade Napoleão, não há restrição quanto à quantidade de reeleições possíveis de uma mesma liderança.

2.2. O Gestor Escolar/professor

O Gestor Escolar/professor é outra personagem local que de alguma forma possui grande influência sobre a comunidade. A partir dele são elaborados a maioria dos documentos encaminhados aos órgãos públicos, seja em formato de denúncia, relatando deficiências dos trabalhos ou solicitando melhorias em determinadas atividades, seja encaminhando abaixo assinados aos chefes não indígenas, reivindicando algum outro serviço, ou ainda em agradecimento ou convites para eventos etc. De qualquer forma, é uma condição reconhecida pela comunidade por representar o sistema educativo e, em tese, é um exemplo de conhecimento da escrita e de habilidade em oratória. Com isso, fica evidente que a incorporação da escrita tem sido adotada como instrumento de registro e memória, como também o reconhecimento desta como única forma oficial de relação com a sociedade não indígena e os órgãos estatais. Sobre esta atitude do uso da escrita Melo (2000), em sua dissertação em educação, pesquisou a relação do ensino e da escrita em comunidades indígenas numa perspectiva denominada de metamorfose do saber Macuxi e Wapixana.

Desta ideia de personificação do conhecimento, é possível perceber uma aproximação às ideias de Bourdieu (2007), quando retrata as instâncias de reprodução e consagração em Economia dos bens Simbólicos. Neste o autor expõe que:

Em plano mais profundo, basta levar em conta a função de legitimação das diferenças sociais cumprida pelas diferenças culturais e, em particular, as diferenças que o sistema de ensino reproduz e sanciona, a fim de perceber a contribuição que as instâncias de conservação cultural trazem à conservação social, em sua qualidade de depositárias e guardiãs da legitimidade cultural (BOURDIEU, 2007, p. 131).

Por outro lado, narrativas de membros da comunidade dão conta que, com o advento do uso em massa da televisão na comunidade, as reuniões de convívio familiar com a transferência dos conhecimentos tradicionais pelos mais velhos aos mais jovens, a cada dia vêm perdendo espaço para a grade da programação televisiva, restando assim à escola o papel de guardiã dos conhecimentos tradicionais da comunidade. Não atoa que a educação bilíngue foi defendida e hoje é uma realidade nas duas Escolas na Comunidade Napoleão. A este tema Melo (2013), ao discutir as transformações culturais numa comunidade macuxi em Roraima a partir do uso da eletricidade evidenciou o papel da escola com o ensino bilíngue na manutenção da língua e outros aspectos tradicionais.

Ainda sobre o uso da escrita por povos indígenas Goody (1986), discute o papel da escrita ao comentar o trabalho de Howe sobre os indígenas panamenhos Kerna onde:

... muito embora a maioria dos Kerna seja iletrada, “as aldeias tem utilizado os seus membros letrados de uma maneira extensiva, no registro de casos, leis, julgamentos e autorizações, na organização das finanças e no serviço da povoação, e na manutenção de uma comunicação externa extensa”... (GOODY, 1986, p. 145).

O mesmo autor comenta que o domínio da escrita, embora sempre esteja relacionada a questões políticas, “a escrita continua a ser um fator muito significativo, dado que constitui uma dimensão importante do poder a qualquer nível” (p. 144). Por esta perspectiva a função da escola nas comunidades indígenas tem provocado o empoderamento e proporcionado vantagens na relação destas comunidades com o Estado.

2.3. O Agente Indígena de Saúde – AIS e o Agente Indígena de Saneamento – AISAN.

A categoria de trabalho do AIS foi proposta pela Portaria Ministerial - MS nº 1.163 de 14 de setembro de 1999, que também atribuiu à FUNASA a responsabilidade para

com a saúde das populações indígenas em atendimento ao disposto a Lei 9.836/99 que acrescentou ao SUS o Subsistema de Saúde Indígena, a famosa lei Arouca em homenagem ao médico sanitarista Antônio Sérgio da Silva Arouca, que na condição de legislador no Congresso Nacional, apresentou o projeto que deu sua origem. Enquanto a categoria AISAN foi reconhecida como parte das Equipes Multidisciplinares Indígenas – EMSI a partir da Portaria Ministerial – MS nº 70 de 20 de janeiro de 2004 que aprovou as Diretrizes da Gestão da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena. No entanto, o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores indígenas foca numa especialização onde os AIS atuam como mediador entre a comunidade e as equipes técnicas de saúde. E segundo Dias-Scopel (2005), ao descrever a importância do AIS Xokleng em Santa Catarina enfatiza que esse modelo prevê a interação “tanto o respeito aos saberes e práticas tradicionais indígenas, sobre saúde e doença, como uma ação capaz de articular os saberes tradicionais indígenas com os saberes e práticas desenvolvidas pela biomedicina” (p. 14). Enquanto ao AISAN seu papel é mais dedicado à questão estrutural da prevenção a doenças. Deste modo, são de grande importância na relação da comunidade com as equipes de atenção básica da saúde antes da FUNASA, hoje da SESAI.

Na prática, o AIS corta atalhos nas atividades da equipe médica no processo direto de atenção a saúde, realizando a distribuição de medicamentos sob orientação da equipe, presta suporte às campanhas de vacina, distribui preservativos e anticoncepcionais aos membros da localidade, por ser da localidade consegue descrever as relações de parentescos do paciente, serve como informante de dados omissos pelo paciente ao médico, sempre acompanha os pacientes nas emergências, auxilia na tradução da linguagem técnica básica da medicina aos pacientes etc. Uma condição respeitosa principalmente por colaborar com os seus em momentos críticos de enfermidade.

Enquanto ao AISAN, possui atribuições de desenvolver ações de cunho preventivo às doenças, na maioria das vezes presta um apoio indireto as atividades de saúde indígena. Entre suas responsabilidades está em manter o cuidado com as instalações hidráulicas de água na comunidade. Manter o funcionamento da bomba d’água, orientar os moradores quanto ao desperdício, desenvolver junto com EMSI ações de orientação quanto ao manuseio e destino do lixo, prestar apoio às equipes de fiscalização do DSEI Leste de Roraima na execução de obras de saneamento e saúde pública na localidade e nas localidades vizinhas, entre outras.

A comunidade Napoleão, como na maioria das comunidades da savana roraimense a abundância de água não é perene o ano inteiro, o que faz com que seus

moradores dependam da água encanada por grande parte do ano, por outro lado, também sua condição de grande comunidade, ou seja, uma concentração de famílias bastante elevada para os padrões das comunidades indígenas às atividades do AISAN ganha evidência e seu desempenho o coloca como um dos profissionais de importância local.

Mas, a atuação de indígena no apoio a ações de saúde não é algo estanque criado a partir de 1999, pois estes serviços são reconhecidos pelo Ministério da Saúde (2002) ao afirmar que “Mesmo sem um programa de formação e uma inserção institucional definidos, mais de 1.400 agentes indígenas de saúde vinham atuando no Brasil, até 1999” (p. 12). Assim, a partir de 1999 os trabalhadores indígenas de apoio às ações de saúde ganharam uma nomenclatura institucional pelo estado brasileiro. Passando a comporem uma categoria de personagens com vínculo externo a comunidade, tendo que prestar conta de seus serviços, recebendo e cumprindo ordens a partir das coordenações de Saúde.

2.5 O responsável pelo Grupo Gerador

Outra categoria profissional, que neste caso subordinado a uma empresa pública a CERR, seu vínculo do operador de grupo gerador com a comunidade nem sempre é de morador, pois a empresa pode transferi-lo para outras localidades onde houver necessidade. Mas, por conveniência, na maioria das situações, procura-se manter pessoas da própria comunidade. E pode parecer pouco significativo, mas o operador do grupo gerador possui considerado prestígio em sua comunidade por reter em suas mãos o manuseio de um equipamento que traz grande benefício, e nesta responsabilidade envolve quesitos de necessidade básica - como, por exemplo, a iluminação e conservação de alimentos – e, entretenimento – uso da televisão dentre outros.

Por outro lado, seu trabalho envolve periculosidade e o quesito segurança é essencial, pois o equipamento aos seus cuidados produz uma força invisível e mortífera, cabendo somente a ele e/ou com seu auxílio dominá-la, responsabilizando-se por qualquer manobra que envolva eletricidade e conseqüentemente risco de choque elétrico. Além do mais, na maioria das comunidades é guardião de uma quantidade razoável de combustível do abastecimento da máquina que em caso de mau uso ou desvio de sua finalidade pode ser exigido explicações e aplicadas penalidades pelo órgão público a que está vinculado. Deste modo, a burocracia do controle e prestação de conta de seus serviços é mais uma forma coercitiva imposta pela presença do Estado na comunidade.

2.5. Outros atores

Além dos personagens apresentados acima, outros atores prefiguram o cenário de influência na comunidade, sendo o motorista do caminhão e o operador do trator dos que mais se destacam. O primeiro por conceder o transporte de toda e qualquer mercadoria, produto, bagagem em geral. O segundo por cumprir o papel de realizar a aração, semeadura e colheita das plantações, ou seja, sua atividade proporciona maior produtividade na lavoura, além de facilitar alguns serviços de transporte em locais de difícil acesso.

Deste modo consideramos que todos estes personagens com suas funções e utilidades detalhadas anteriormente representa uma personalização do poder público na comunidade, a eles são direcionadas as demandas coletivas e deles ou por meio deles espera-se que chegam às soluções.

3. UM POUCO DE DIÁLOGO

Ao debater a corporificação do Estado em comunidade indígenas através dos funcionários públicos, devemos iniciar pela lógica da territorialidade quando de acordo com a Constituição Federal de 1988, a interpretação de seu artigo 231, os Territórios Indígenas são terras da União cabendo aos indígenas o direito exclusivo de ocupação e uso. Por esta vertente de pensamento, o fato da União ser responsável pela proteção destes territórios a coloca como parte de presença constante junto às populações indígenas.

A respeito de funcionários públicos em comunidades indígenas podemos adotar os argumentos de Souza Lima (2014), quando rediscutindo sobre a tutela do Estado aos povos indígenas, e após criticar as formas de continuidade das ações do Estado junto a esses povos, descreve que a postura dos especialistas, nome dado aos profissionais que atuam diretamente nas terras indígenas, são nocivas à cultura e a vida dos grupos locais e resume utilizando as palavras de Adriana Vianna (2002) que nominou estas Políticas de “opressão da bondade” Souza Lima (2014, p. 52). Contudo, nosso debate descaminha para outra condição destes especialistas, que no caso são membros da própria comunidade. Outra configuração ganha forma, pois o tratamento se torna diferenciado com a complexidade de uma possível dualidade pela condição do indivíduo como membro da comunidade e funcionário do Estado.

Mas, a problematização quanto ao duplo papel de representante do órgão público e membro da comunidade, especificamente na Comunidade Napoleão, adquire maior complexidade quando sua atividade vira alvo de proposta de ajustes por parte de da população local, ou seja, a comunidade reunida delibera por alguma alteração nas rotinas dos serviços e esta deliberação confronta-se com as recomendações do órgão central. Por exemplo, se

durante uma reunião na localidade, evento que acontece em média a cada três meses, for deliberado que o horário de funcionamento do motor de geração de energia elétrica seria alterado de 10 horas para quatorze horas diárias. Desta deliberação, for encaminhada junto com as justificativas plausíveis à diretoria da CERR a decisão da comunidade. No entanto, haverá uma resposta negativa quanto ao pleito também justificada pela ausência de uma programação prévia para o aumento do consumo de combustível. Por conseguinte, a comunidade exigirá que o operador do grupo gerador atenda a deliberação local, enquanto que a diretoria da empresa o advertirá quanto as suas obrigações que inclui a obediência as diretrizes da empresa o que em caso contrario poderá restar-lhe penalidades passível de desligamento. Por fim, contrariando o interesse de sua comunidade manterá a orientação da empresa. Este exemplo demonstra uma situação de postura contraditória frente a seus pares por parte de um funcionário, e revela uma confluência com as ideias de Becker (1966 apud Velho 2003), quando discute a condição de desviante como consequência de imposição social do grupo ao qual pertence, e a esse respeito o autor detalha que:

Quero dizer que os *grupos sociais criam o desvio ao estabelecer as regras cuja infração constitui desvio* e ao aplicá-las a pessoas particulares, marcando-as como *outsiders*. Sob tal ponto de vista, o desvio *não* é uma qualidade do ato que a pessoa faz, mas sim a consequência da aplicação por outras de regras e sanções ao “transgressor” (BECKER 1966 apud VELHO, 2003, p. 23-24).

Neste contexto, o papel do funcionário como agente público na localidade possui a característica de *outsiders* a partir da sua condição de membro local que usufrui de todos os direitos comunitários, e enquanto representante de órgão público, ter o dever de defender os interesses de sua chefia externa ao prezar pelas recomendações burocráticas do bom funcionamento dos serviços a ele confiados e podendo confrontar com as deliberações coletivas da comunidade. Por outro lado, constrói uma relação de desconfiança com seus pares locais sempre que se manifesta um confronto de interesses, prevalecendo sua relação trabalhista sobre a comunidade.

A partir destas ideias, podemos prosseguir com uma a discussão sobre a Comunidade Napoleão e suas relações em torno das infraestruturas públicas, pois no contexto destas relações também é um lugar onde o conflito de interesses e a busca de um consenso geram novas concepções, novas realidades e releituras. E para entendermos esta confluência de interesses que se encontram e se desencontram, se faz necessário reportarmos aos laços externos que os personagens locais matem com o poder estatal fora da comunidade, ou seja,

com seus superiores, um elo envolto pela burocratização institucional replicado na comunidade, uma relação de dominação pelo aspecto econômico que reordena as relações locais.

A esse respeito, vale a contribuição de Oliveira Filho (2012) que ao relatar as Formas de dominação sobre os Ticunas afirma que “Em minha pesquisa etnográfica, os Ticunas sempre aparecem referidos em situações históricas concretas e distintas, nas quais crenças, costumes e princípios organizativos existem interligados e articulados com determinações e projetos da sociedade nacional (p. 17)”. É possível perceber a inquietação do autor na discussão em torno dos efeitos causados pela relação do povo Ticuna com a sociedade nacional. Pois uma das características identitárias destas relações é que são ao mesmo tempo confluentes e divergentes. Jogos de interesses são perceptíveis no diálogo onde mesmo sendo os indígenas os que mais perdem, todos os pares negociam entre si para um resultado próximo do comum. De modo semelhante à comunidade Napoleão também se comporta nas suas relações com os órgãos estatais presentes através das infraestruturas públicas e desta relação se manifesta a objetivação deste diálogo.

Como as consequências destas relações estabelecidas entre as comunidades indígenas e os órgãos estatais tem por maior resultado mudanças estruturais que vão desde a hierarquia de poder, o que consideramos como mudança de contexto simbólica. E entendendo que o modo de autogerirem seus interesses da forma tradicionalmente ainda condiz com a organização política do líder-sogro como descreveu Santilli (2001), pois as afinidades de parentesco são muito intrínsecas. Essas mudanças evidentes corroboram, no entanto, com a ideia defendida por Sahlins (1997) ao discutir as mitopraxis do povo havaiano que resultou na morte do capitão Cook, afirma que “Toda mudança prática também é uma reprodução cultural” (p. 180).

Mas, o resultado dessa relação com as instituições públicas afetam o contexto físico e alteram também os ordenamentos locais, pois desde o arranjo da distribuição das casas, como por exemplo, a organização de casas próximas semelhante a um arruamento tem o objetivo de melhor distribuir a água encanada e energia elétrica, recursos proporcionado por políticas de infraestruturas implantadas na comunidade. Sobre estas mudanças e o modo como a comunidade enfrenta estas mudanças, nos reporta ao comentário de Heredia (1988), que tratou das relações entre os donos de engenhos/usinas e trabalhadores de cana-de-açúcar no Nordeste brasileiro. E especificamente sobre o significado das mudanças onde segundo a autora:

“A análise das relações atualmente em vigor entre o conjunto de trabalhadores e os grandes proprietários – mais especialmente entre esses últimos e os trabalhadores que residem dentro das propriedades – revela que estamos em presença de uma redefinição completa do sistema de posições sociais existentes na área estudada.” (HEREDIA, 1988, pag.195)

Fica evidente nesta relação da comunidade Napoleão e os representantes locais dos órgãos públicos uma redefinição das posições sociais, onde mesmo havendo atores de influências transversais, como no exemplo do tuxaua, as composições sociais se estabelecem a partir dos poderes que as funções proporcionam. Como na análise de Heredia (1988), que apresenta toda uma conjuntura de mudança social e de relações a partir da exploração da cana, segundo a autora, estas mudanças têm por resultado de um lado a expressão de liberdade por outro lado o símbolo de um novo sistema de dominação (p. 208). Desta feita, assim se procede na relação da comunidade Napoleão com os funcionários responsáveis pelas infraestruturas públicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões apresentadas acima, vale ressaltar que apresentam ainda uma limitação da análise, é possível concluir com o entendimento de que todas as sociedades convivem com a dinâmica da mudança, em alguns casos são vistas como de pouco dinamismo e em outros com maior expressividade. Com as sociedades indígenas não sucede de modo diferente. No entanto, tanto nas mudanças lentas quanto nas de maior velocidade cabe ao cientista social analisar e buscar os efeitos resultantes destas mudanças. Especificamente na Comunidade Indígena Napoleão, as mudanças até então verificadas e que nesta comunicação ensaio buscamos enfatizar estão latentes nas relações sociais internas, e demonstram um reordenamento político interno com grande influência de classe política externa ao mesmo tempo em que os órgãos da administração pública impõem sua visão burocrática organizativa através das infraestruturas e seus operadores aos *modus vivendi* da comunidade.

Outro ponto que deve ser ressaltado diz respeito às relações de poder local, especificamente no quesito da liderança, onde a influência do tuxaua, que de modo articulado conflui para que os principais postos de serviço público sejam ocupados por pessoas aliadas, sendo na maioria dos casos seus familiares como irmão, sobrinhos, filhos etc. Uma versão local de nepotismo. E ainda neste contexto, há de se notar também sempre uma dualidade entre duas famílias que se reparam no posto da função de tuxaua. Este partidarismo reflete a postura das relações políticas externas tanto a nível municipal quanto estadual. Por outro lado

a condição de funcionário público nas comunidades indígenas faz eclodir o poder econômico, por fazerem parte de categorias profissionais ativas com remuneração garantindo a circulação monetária na localidade.

Por fim, as mudanças advindas pela presença das infraestruturas públicas na comunidade Napoleão fazem parte de um novo ver e pensar dos povos indígenas. E embora existam posturas de rivalidade pelo poder dentro da comunidade, o diálogo do contraditório existente tem como resultado uma hegemonia local que concentra a cada dia mais pessoas para a mais populosa comunidade indígena do lavrado normandiense.

5. BIBLIOGRAFIA:

BOURDIEU, Pierre, Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento. *in* BOURDIEU, P. 1930-2002. A economia das trocas simbólicas. introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007. - (Coleção estudos; 20/dirigida por J. Guinsburg), pág. 203-229.

BRASIL. Ministério da Saúde/Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. 2ª ed. – Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002, 40 p.

CLASTRES, Pierre. A Sociedade contra o Estado: Pesquisas de Antropologia Política. São Paulo: Cosac & Naif, 2003. p. 207-234.

DIAS-SCOPEL, Raquel Paiva. **O agente indígena de saúde Xokleng: por um mediador entre a comunidade indígena e o serviço de atenção diferenciada à saúde – uma abordagem da antropologia da saúde** [Dissertação de Mestrado]. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina; 2005

GOODY, Jack. A lógica da escrita e a organização da sociedade. Lisboa: Edições 70, 1986, p. 107-148.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. **Formas de Dominação e Espaço Social: A Modernização da Agroindústria Canavieira em Alagoas**. São Paulo: Marco Zero, 1988, p. 161-208.

MELO, Antonio Wéliton Simão. **A eletricidade como agente de mudança na comunidade indígena Flexal em Roraima** [Dissertação de Mestrado em Antropologia] Recife: UFPE, 2013.

MELO, Maria Auxiliadora de Souza. **Metamorfose do saber Macuxi/Wapixana: Memória e Identidade**. [Dissertação de Mestrado em Educação] Manaus: UFAM, 2000.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar**. São Paulo, SP: Marco Zero: MCT/CNPQ, 1988.

_____. Formas de Dominação sobre o Indígena na Fronteira Amazônica: Alto Solimões, de 1650 a 1910 CADERNO CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 17-31, Jan./Abr. 2012.

REPETTO, Maxim. **Movimentos indígenas e conflitos territoriais no estado de Roraima**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de História**. [tradução de Barbara Sette] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997a.

SANTILLI, Paulo. **Pemongon Patá: território Macuxi, rotas de conflito**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

SECRETARIA ESPECIAL DE SAÚDE INDÍGENA – SESAI, Senso Populacional DSEI Leste de Roraima, em: 17/04/2012 (Documento Interno).

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Revisitando a tutela: questões para se pensar as políticas públicas para os povos indígenas. *in* TEIXEIRA, Carla. GARNELO, Luiza. **Saúde indígena em perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 27-58.

VELHO, Gilberto. O Estudo do Comportamento Desviante: A Contribuição da Antropologia Social. *in* VELHO, Gilberto (org.) **Desvio e divergência: uma crítica da patologia social**. 8ª edição - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 11-28.